CULTURA INDÍGENA E PATRIMÔNIO CULTURAL EM SALA DE AULA: UMA PERSPECTIVA PRÁTICA

SÔNIA REGINA DE JESUS BARBOSA

RESUMO

O Artigo 26 A da LDB que foi alterada em decorrência da lei 11.645/2008 de 2015, inclui a cultura e história dos povos indígenas na Educação básica onde devem ser desenvolvidos por meio de conteúdos, saberes, competências, atitudes e valores.

Que permitam aos estudantes reconhecerem que os povos indígenas no Brasil são muitos é variado, possui organizações sociais próprias, falam diversas línguas, tem diferentes cosmologias e visões de mundo, bem como modo de fazer, pensar e representar diferenciados.

Também é importante que se reconheça que os povos indígenas têm direitos originários sobre suas terras, afinal eles estavam aqui antes mesmo da constituição do Estado brasileiro que desenvolve uma relação coletiva com seus territórios e com recursos neles existentes.

É importante reconhecer as principais características desses povos de modo positivo, focando na oralidade, na divisão sexual do trabalho, nas subsistências, nas relações com a natureza, contextualizando especificidades culturais, invés do clássico modelo de pensar desses povos sempre pela negativa de traços culturais.

Reconhecer a contribuição indígena para a história, cultura, onomástica, objetos, literatura, artes, culinária brasileira; permitindo a compreensão de quanto a cultura brasileira deve aos povos originários e o que eles estão presentes no modo de vida dos brasileiros.

Reconhecer que os indígenas têm direito a manter suas línguas, culturas, modo de ser e visões de mundo de acordo com o que está disposto na Constituição Federal de 1988. Cabe ao Estado brasileiro protegê-los e respeitá-los.

Como diz o escritor e professor Daniel Munduruku antes de tudo precisam interrogar qual é o indígena que vivem em cada um, quais estereótipos, imagens que se tem sobre os indígenas, para que então possam pensar em como ensinar essa história.

Palavras-chave: história; língua; cultura.

INTRODUÇÃO

Inicia essa reflexão com a sabedoria de Ailton Krenak que diz:

Ideias para adiar o fim do mundo "o tipo de humanidade Zumbi que estamos sendo convocados a integrar não tolera tanto prazer, tanta fruição de vida. Então, pregam o fim do mundo como uma possibilidade de fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos. E a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente poder contar mais uma história Se pudermos fazer isso, adiaremos o fim" (Ailton Krenak)

Os educadores podem estudar e refletir em ideias para adiar o fim do mundo a partir da história do ensino da cultura indígena e seu patrimônio cultural, como forma de contribuir desde o espaço escolar para adiar esse fim.

Reconhecer a mudança de paradigma que a constituição de 1988 nos traz ao estabelecer o respeito à diferença cultural, porque justamente compreendeu que o país é plural, composto por diferentes tradições e origens.

E importante reconhecer o caráter dinâmico dos processos culturais, históricos que respondem pelas transformações que passam os povos indígenas em contato com segmento da sociedade nacional.

É por fim é importante que reconheça que os indígenas não estão se extinguindo, apesar de todo genocídio, tem um futuro e presente como cidadãos, portanto precisam serem respeitados, terem seus direitos de continuar sendo povos com tradições próprias.

Trabalhar arqueologia no ensino da cultura indígena em sala de aula permite que observem e demostrem aos alunos a dimensão da profundidade temporal da ocupação indígenas no Brasil, que remente a mais de 20 mil anos. Além de demonstrar a variedade cultural, a riqueza material da qual os povos indígenas viveram, o que difere bastante do discurso hegemônico sobre as populações do passado e presente.

O maior risco que se tem de trabalhar cultura indígena pela perspectiva da arqueologia é passar a ideia de que o processo histórico indígena se encerrou num passado muito distante ou passar a ideia de que o processo histórico indígena nem mesmo começou.

Quando falam em pré-história, um termo muito difundido, podem passar sem querer a ideia de que se trata de povos sem história. Os povos indígenas têm sua história antes e depois da colonização, o termo que a arqueologia costuma usar atualmente é o pré-colonial, ou seja, houve um processo histórico longo entre as populações indígenas que foi marcado profundamente pela colonização e a condição histórica hoje os grupos indígenas brasileiros é uma decorrência des-

se marco colonial, assim, como a história de todos os demais brasileiros não indígenas.

Outro risco é exaltar que a riqueza material a qual viveram os povos indígenas no período colonial em comparação menos privilegiada hoje, passar a impressão de que os grupos indígenas deveriam ser povos do passado. Eles não teriam lugar no presente, o que obviamente, precisa ser combatido.

As experiências em sala de aula, nas redes sociais, na vida cotidiana é uma percepção comum em alunos entre pessoas em que os indígenas não podem ter um iphone, por exemplo, remete a isso, atividades de educação patrimonial é importante para combater esse tipo de imagem.

DESENVOLVIMENTO

Segundo artigo da BBC, 12 de outubro de 2021, divulga pesquisas arqueológicas bem recentes tem sido desenvolvidas na américa do sul onde mostra a existência de sociedades muito complexas na américa antes da colonização, com extraticação social, centralização política de longa duração , domínio de técnica de engenharia ,da matemática , domesticação de plantas que são a base da alimentação no planeta hoje , como o milho, batata, mandioca o próprio arroz que foi domesticado na Amazônia, esses são quatro dos cinco alimentos mais consumidos no planeta hoje. A base da alimentação humana no planeta e que foram domesticados aqui na América pelos grupos indígenas.

O artigo demonstra também a existência de redes comerciais interamericana possivelmente por navegação, mas também por caminhos por terra que são bastante conhecidos levando, por exemplo, o cacau e o tabaco desde a América até o Canadá.

A própria floresta amazônica é um grande jardim, não é uma floresta que nasceu voluntariamente pela ação de Deus ou qualquer outra coisa, na verdade um grande jardim foi plantado pelos seres humanos e vem sendo manipulado ao longo de milhares de anos, ou seja, a floresta amazônica é uma floresta antrópica é produto cultural e indígena.



Parque Xingu

Aldeias no Xingu no Brasil se pode ver a complexidade, uma estrutura de cidade, fortificada com diferentes áreas de exploração de recursos com estrada conectando essas áreas de cidades, questão urbanística que está sendo colocada.

O artigo também mostra a densidade populacional encontrada pelos Europeus no momento da colonização, o que se contrapõem uma ideia do Brasil como grande ocupação pelos portugueses, argumento que até hoje é sustentado para justificar a exploração de terras indígenas.

Somente na Amazônia se calcula que em 1.500 a colonização viveu mais de 8 milhões de pessoas.

A cidade de Santarém que na época da colonização era uma grande aldeia com mais de 1 milhão de habitantes, e esse número que só foi alcançado por cidades europeias um século depois de 1600, justamente em decorrência do enriquecimento que foi causado pela colonização na américa , isso fornece um contraponto sobre estereótipos dos indígenas como povos de minutos, muito simples, apolíticos, associais .A imagem antiga que tinham no dia do índio em sala de aula era o desenho de um índio nu , com uma pena na cabeça para os alunos desenharem e colorirem. Aquilo era o que se passava sobre a história indígena. Arqueologia mostra um completo oposto disso, uma história completamente diferente.

O cabeza de vaca navegador espanhol na costa de santa Catarina em 1541 e tinha que chegar a Assunção Paraguai para assumir como governador. Ele acabou sendo levado do litoral de Santa Catarina até Assunção pelos Guaranis através de uma estrada existente, passando por aldeias muito organizadas e recebido sempre com muita comida.

Nos seus registros ele descreve essa fartura com a qual os indígenas o recebiam, no qual os indígenas viviam isso ajuda a problematizar justamente o discurso sobre a pobreza ou sobre a falta de alimentos, também ele relata as redes políticas, as redes de comunicação que por sua vez rompe com esse imaginário de que não havia sociedade complexas no Brasil.

Está se falando de 1541, ou seja, menos de meio século depois da chegada dos Portugueses. Então por meio desse registro tem conhecimento de que os indígenas já sabiam quem era quem, o que estava acontecendo, estavam preparados para lidar com uma invasão estrangeira, possuíam redes de comunicação entre chefias, havia uma difusão de línguas especialmente tendo o Tupi que era a língua geral de troncos linguísticos, possuíam relações não só com o território que veio do Brasil, mas também as terras altas das Cordilheiras e com o litoral pacifico que são coisas que a Arqueologia vem de-

monstrando.

No contexto do Paraná, esse relato é uma fonte importante foi justamente nesse território que o cabeza de vaca circulou e registrou uma série de suas impressões nas experiências. Outro território importante que pode ser problematizado em sala de aula junto com esses relatos cabeza de vaca é do Peabiru que foi um caminho aberto por indígena e que foi utilizado por Europeus para adentrar territórios.

Eram vários caminhos, não apenas um, e a própria cartografia histórica indica que a BR 101, por exemplo, é uma estrada que existe desde antes de 1500, e que permaneceu sendo usada pela colonização e ainda é uma das mais importantes rodovias do Brasil. E outras BRS e rodovias também tem sua origem nos caminhos indígenas.

Pesquisas arqueológicas apontam que o Paraná foi ocupado a pelo menos 10 mil anos. Há vestígios imateriais que marcam a presença histórica e também contemporânea indígena no Paraná.

Uma atividade proposta pode se referir ao trabalho com a cultura oral, com as línguas , com as palavras indígenas que também constituiu um patrimônio cultural não apenas indígena mas patrimônio cultural da humanidade. Uma problematização que pode ser feita é a questão de que o Brasil teceu uma relação artificial com essas culturas.

Krenak diz que uma língua contém um código da existência e experiência humana na terra, carrega uma forma de narrar –se no mundo. Quando uma língua morre ou não é valorizada, reconhecida, o que realmente fica dessas histórias e culturas? Propõe que faça um levantamento das línguas indígenas dos povos originários com o objetivo de valorizar esses grupos historicamente discriminados e vitimados pela exclusão, no âmbito socioeconômico, concorrendo para o combate à discriminação étnicas raciais, religiosas e de gêneros e também para que haja conhecimento maior e sensibilização sobre a diversidade cultural brasileira.

Sugerir uma pesquisa na internet sobre nomes e palavras de origem indígenas e também referência cotidianas como nome do Estado, Município, Bairros, Praças e interroga nesse sentido sobre qual influência desses idiomas em nosso dia a dia e se há referência do uso dessas palavras para nomear rios, lugares, objetos cotidianos atual e qual impacto disso na realidade cotidiana dos estudantes.

E importante evidenciar e problematizar as diferenças entre os povos indígenas, não são todos iguais, mas também é importante dizer que é algo que os une pela luta demarcação e contra o genocídio.

Devem destacar o grupo Guarani que há anos mostra a luta do povo que mora em territórios Guarani no oeste do Paraná contra o PL 490.

Pode se perguntar qual reconhecimento do Guarani no Brasil de modo geral e quais são as políticas de visibilidade dessa língua e as políticas de proteção em torno dessa cultura e desse idioma.? Se há programas do ensino de Guarani? Qual seria o impacto desse reconhecimento para valorização e para as lutas que os povos guaranis promove? Quais são as políticas de reconhecimento e valorização das suas línguas, histórias e culturas? Como podem desde a escola contribuir para esse reconhecimento e valorização?



Povos Kaingang

O povo Kaingang lutam pela retomada de seu território, no passado conseguiram uma vitória bem importante no STF com a retomada sobre a terra indígena em boa vista e laranjeira do sul .



Povo Xetá

O Povo Xetá que lutam para não desaparecerem, restam apenas oito sobreviventes do longo e violento processo de colonização e genocídio.

O documentário Xetá é bastante impactante e convoca a não apenas estudar a história da cultura indígena, mas também em agirem e lutarem, pessoas brancas, não indígenas , no espaço escolar e em seu cotidiano para somar nessas luta.

Os primeiros passos para essas lutas passam pelo reconhecimento e valorização

dos povos e culturas indígenas por meio de seu patrimônio cultural e é preciso também haver engajamento político.

E importante que se engaje na luta contra PL 490 marco temporal. De tudo que se mostra e se discute na arqueologia e na história sobre as terras indígenas, o marco temporal quer estabelecer que só pudesse ser reconhecidas terras onde havia documentadamente indígenas em 88, quando a constituição Federal foi promulgada.

Essa interpretação vai contra o que a própria constituição Federal estabelece em como relatório do raposo terra do sol registrou.

Esse relatório registrou que na promulgação da constituição Federal a terra era indígena, então deveria permanecer indígena, no entanto, a interpretação que está sendo apresentada pelos defensores do Marco Temporal é a de que se os indígenas não estiveram na terra em 1988, então essa terra não pode ser considerada indígena, ignorando toda história e cultura dos povos antes da escravidão.

É fundamental que haja esse reconhecimento e valorização dessas histórias e culturas para que todos possam também adiar esse fim de mundo.

Esse debate demonstra também os indígenas não estava apenas organizado politicamente desde muito antes de 1.500 por meios dos registros arqueológicos, mas também estão organizados hoje em 2022. Isso mostra que são extremamente organizados politicamente ainda hoje e essa mobilização toda só ocorre porque os povos estão historicamente engajados e cientes dos seus direitos.

Não podem ignorar ou minimizar o fato de estarem aqui apesar de todo os processos genocidas que são registrados no Brasil e a pandemia foi mais um momento de genocídio indígena.

O argumento sobre artificialidade dessa organização no sentido de que as pessoas foram a Brasília porque foram comprados, pagos, é apenas mais uma farsa da nossa incapacidade de compreender que os indígenas são seres humanos, políticos, ativos, protagonistas e agentes históricos.

Para ampliar esse entendimento e trazer repertórios perspectivas práticas para sala de aula deve se acompanhe as mídias indígenas como no Instagram, na literatura, trabalhar com a música, uma linguagem muito próxima aos adolescentes como a rap resistência Nativa.

Rap escrito com um pensamento nativo que retrata uma realidade, não uma ficção onde estimula uma tradição vivida de coração que irá contar na canção dos BrôMc´s, OZ Guarane e KunumiMC. Na missão, surgiu essa grande união.

Outra possibilidade é o cinema festivais como cine Kurumin 8° edição, promovida pela fundação cultural da Bahia ,fórum indígena internacional na História, que tem como objetivo socializar essas culturas epistemológicas que são utilizados em pesquisas que envolve grupos indígenas, suas identidades, diferenças trazendo momento de construção de reflexão sobre práticas acadêmicas e educativas em torno da temática indígena buscando o diálogo entre vários agentes ,proporcionar esses contatos geracionais e diferentes níveis de formação

Finalização da reflexão se dá com um trecho da entrevista que Sônia Guajajara concedeu sobre os impactos da pandemia sobre indígenas e sobre o mundo de forma ampliada.

"(...)se o mundo ainda não parou para escutar os alertas que a terra vinha dando, a terra parou o mundo para se fazer escutar (...)as pessoas têm que repensar as suas formas de consumo, tem que entender que o individualismo precisa acabar, que temos que adotar formas coletivas de fazer as coisas, fortalecer os trabalhos em redes. E principalmente assumir a sua responsabilidade nessa luta pela mudança do modelo desenvolvimento econômico (...)para isso as lutas têm que ser mais coletivas, a conscientização mais política e ecológica, entendendo que é preciso fazer outra conexão, ou uma reconexão com a mãe terra, e entender exatamente que é a mãe terra que garante o sustento e a vida do planeta "(Sônia Guajajara)

A valorização da cultura indígena é um dever de todos os países do mundo. Nesse sentido, a Unesco –organização das Nações Unidas para a Educação, a ciência e a cultura, indica que o conhecimento adquirido pelos povos indígenas são uteis para o desenvolvimento sustentável, pois afirma que "o respeito aos conhecimentos, as culturas e as práticas tradicionais indígenas contribuem para o desenvolvimento sustentável e equitativo e para a gestão adequada do meio ambiente" (Funai 2008, Unesco2020, são Paulo2020).

Considerações finais

Quando se aborda a cultura indígena e Patrimônio cultural em sala de aula descontroem estereótipos, preconceitos, reconstruí conhecimento histórico, revê as práticas de educadores em sala de aula. Não se deve apenas falar sobre os povos indígenas, mas também falar com eles, junto com eles e o que eles têm a dizer e estar preparados para ouvi-los. Construir um diálogo a partir dessa escuta desses povos. Identificar línguas, culturas e patrimônio no entorno escolar e assim criar uma sensibilização de população e transformação a partir do território escolar e da educação.

Bibliografia
Lei 11.645/2008
Currículo da cidade,
Artigo BCC